

A QUESTÃO AFRO-DESCENDENTE NO LIVRO DIDÁTICO: ENSAIO DE REFLEXÃO SOCIOSEMIÓTICA

THE AFRO-DESCENDANT QUESTION IN THE DIDACTIC BOOK: ESSAY OF SOCIAL SEMIOTICS REFLECTION



Vol. 13 Número 25 Jul./Dez. 2017

Ahead of Print

Rodrigo Marques Leistner¹

RESUMO: Considerando o advento da Lei 10.639/03 - que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino -, o trabalho investiga as significações construídas sobre os sujeitos negros e as práticas afro-brasileiras em livros didáticos anteriores e posteriores a essa jurisdição. Através de um viés de análise sociosemiótico, infere-se que, se os textos anteriores à Lei ainda reproduzem caracterizações negativas acerca daqueles sujeitos e suas práticas, algumas publicações recentes demonstram a emergência de significações alternativas, as quais operam como interessantes estratégias de desconstrução de diversos “mitos” relativos à questão afro-descendente.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Afro-Descendente; Livro Didático; Sociossemiótica.

ABSTRACT: Considering the advent of Law 10.639 / 03 - which made obligatory the teaching of history and afro-brazilian culture in the official curriculum of the school system - the search investigates the meanings constructed about black peoples and afro-brazilian practices in previous textbooks and subsequent to that jurisdiction. Through a social semiotics analysis, it is concluded that, if the prior texts Law still reproduce negatives characterizations about those peoples and their practices, some recent publications demonstrate the emergence of alternative meanings, which operate as interesting deconstruction strategies of various "myths" concerning afro-descendant question.

KEYWORDS: Afro-Descendant Question; Didactic Book; Social Semiotics.

Introdução

As questões relativas à cultura afro-brasileira e à temática afro-descendente tornaram-se tópicos fundamentais no atual contexto político e educacional brasileiro. Tal cenário é

¹Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente é Professor Adjunto A na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

resultante de profundas alterações na cultura política do país, através das quais as dimensões culturais e identitárias passaram a compor o conjunto de temas que estruturam as reivindicações coletivas da sociedade civil, ainda balizando a configuração das agendas governamentais e o desenvolvimento de políticas públicas focalizadas. Fora nesse contexto que surgiram as ações afirmativas voltadas às populações afro-descendentes, baseadas em lógicas reparadoras que visam atenuar as históricas assimetrias sociais incidentes sobre determinados grupos. Seja no âmbito da promoção de políticas redistributivas, ou ainda nas propostas de reconhecimento identitário, tais projetos têm encontrado no setor da educação um campo fundamental para as iniciativas de equalização do acesso aos bens públicos, assim como para os propósitos de reorientação das representações preconceituosas construídas sobre as populações negras.

Nesse último aspecto, mais ligado aos empreendimentos de reconhecimento de identidades étnicas e expressões culturais específicas, os livros didáticos têm recebido atenção especial, sobretudo a partir das iniciativas de revisão pedagógica de seus conteúdos. A Lei 10.639/03, aprovada há mais de uma década, demonstra-se como exemplo assertivo dessa constatação, tendo por objetivo não apenas a inserção de temáticas como História da África e dos Africanos no currículo do ensino fundamental, mas ainda propondo reiterar as contribuições do elemento negro na formação da sociedade brasileira. Esse contexto se demonstra sugestivo para questionamentos sobre as significações construídas acerca das populações negras no Brasil atual, e o livro didático apresenta-se como veículo relevante para percepções dessa ordem, seja por sua centralidade nos atuais projetos de desconstrução das representações negativas incidentes sobre aquelas populações, seja por suas características específicas enquanto meio de veiculação massiva de valores e esquemas normativos de percepção da realidade (REGO, 1981).

Decerto, autores como Oliveira, Guimarães e Bomény (1994), Rocha (1984) e Rego (1981) já demonstraram a pertinência dos textos escolares no que se refere a possíveis efeitos de sentido, nesse caso com implicações político-ideológicas. Desse modo, as consequências do discurso didático como instaurador de relações de poder assimétricas não designam novidades investigativas, especialmente no âmbito das relações interétnicas presentes na sociedade brasileira. Contudo, o contexto político acima referido sugere que análises com propósitos similares possam ser retomadas. Cabe ser questionado se as lógicas políticas atuais estariam traduzindo-se em construções representacionais alternativas sobre a condição afro-descendente e de que modo tais construções se apresentam nos materiais escolares. É justamente com o intuito de ampliar essas percepções que este trabalho se constitui. Trata-se de investigar as representações construídas sobre a cultura e as populações negras mediante uma análise sociossemiótica da inserção da temática afro-descendente em livros didáticos.

A perspectiva analítica aventada será aqui desenvolvida em dois níveis. No primeiro (nível semiótico), busca-se observar os processos de construção de significados sobre os sujeitos negros e sobre a cultura afro-brasileira em textos didáticos anteriores e posteriores à Lei 10.639. Tenciona-se o estabelecimento de um quadro comparativo sobre as possíveis variações nos modelos de significação articulados sobre a condição afro-descendente, levando-se em conta as alternâncias que decorrem tanto da nova Lei quanto da atual cultura política brasileira. O objetivo principal desse nível da análise consiste em perceber as prováveis relações de poder ativadas a partir de construções semiológicas que promovam a naturalização dos sujeitos e suas práticas. Recorre-se ao instrumental semiológico de Barthes (1993) e sua teorização sobre os sistemas míticos contemporâneos: o mito concebido como uma “fala”, aparentemente despolitizada, que naturaliza realidades socialmente construídas e cuja análise pode ser efetuada mediante a categorização de sistemas semiológicos em cadeia. Em tais sistemas, significados segundos emergem a partir

da transformação dos conteúdos iniciais em expressões de um signo secundário: ou seja, a passagem do signo denotativo para o conotativo, dotado de significações ocultas, míticas e ideológicas. Ainda num viés que concebe a significação como imanente ao texto observado, busca-se aqui averiguar os mitos relativos à condição afro-descendente, em seus diferentes níveis de persistência, debilidade ou recomposição.

Num segundo nível de análise (nível sociosemiótico) será avaliada a relação entre as significações articuladas nos livros escolares e as práticas sociais cotidianas. Trata-se aqui de questionar sobre o papel do livro didático como instrumento de mediação tanto dos discursos que buscam definir a realidade social quanto das interações sociais que daí decorrem. Por um lado, observa-se a repercussão de discursos hegemônicos no interior dos materiais didáticos; e por outro, especula-se sobre as interações sociais subsequentes e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Assim, redefine-se a “semiótica-objeto” adotada no primeiro plano de análise a partir de uma compreensão sobre as relações dialógicas existentes entre textos e práticas sociais. Concebe-se, em acordo com Fontanille (2008), que os objetos exteriores ao texto não escapam da semiose, e que discursos e práticas diferenciam-se tão somente em acordo com distintos níveis de pertinência semiótica - cuja articulação é assegurada pelos princípios de integração intrínsecos às conexões lógicas existentes entre aqueles níveis. As interrogações propostas nessa perspectiva aproximam-se do campo da sociosemiótica, definido por Landowski (1992) como abordagem que ultrapassa a compreensão da linguagem como simples suporte de mensagens, procurando captar as interações sociais efetuadas a partir dos discursos.

Metodologicamente optou-se pela observação de livros didáticos de história anteriores e posteriores à Lei 10.639. O recorte disciplinar decorre da maior visibilidade conferida nessa matéria a conteúdos relativos ao processo de formação da sociedade brasileira, no qual temáticas como a implantação do sistema escravista e a consequente gênese das relações interétnicas no país são evidenciadas. As observações concentraram-se em cerca de vinte obras básicas e nos textos do período colonial brasileiro, contexto geralmente abordado nos livros de sexta e sétima séries do ensino fundamental. Desse modo, foram analisados textos e discursos com maior recorrência temática, os quais ilustram tanto os “mitos” da afro-descendência quanto as construções alternativas àquelas significações mais estabilizadas, nesse último caso considerando-se os materiais posteriores à nova Lei. A análise final enfocou capítulos de duas obras específicas, apartadas editorialmente pelo período de uma década e pela incidência da nova jurisdição.

Delimitações do plano teórico conceitual

Antes de prosseguir com a análise torna-se necessário delimitar de forma mais precisa alguns conceitos utilizados na reflexão, com intuito de torná-los operacionais. A noção de mito, central no trabalho, deve ser demarcada sob pena de tornar-se matizada em meio a tantas definições disponíveis. Noutro sentido, se a definição teórica da categoria mito corrobora para situar o plano de análise no nível textual, pois o mito corresponderá a uma construção inerente aos domínios da criação linguística, uma recapitulação sobre as relações entre linguagem e práticas sociais também será necessária para o empreendimento de um nível de reflexão sociosemiótico. Nesse ponto devem ser observadas as relações de poder mediadas pelos processos linguísticos, bem como a incidência das construções de linguagem na organização das lógicas de interação social.

Na perspectiva de Barthes (1993) o mito é uma fala que atua na desconstrução da historicidade dos fatos, naturalizando a realidade socialmente construída e tornando essencial o que é contingente. Entretanto, de modo oposto à sua operação nas sociedades tradicionais, nas quais o relato mítico vincula-se ao imaginário religioso solucionando as

contradições e incertezas cognitivas (ELIADE, 2007), os mitos do mundo moderno burguês adquirem suporte nos diversificados veículos de comunicação massiva, atuando na naturalização das instituições históricas a fim de promover sua reprodução: a manutenção das contradições de classe, dos regimes de propriedade e da ideologia burguesa.

A semiologia ensinou-nos que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade. Ora, este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define: a todos os níveis da comunicação humana, o mito realiza a inversão da *anti-physis* em *pseudo-physis* (BARTHÉS, 1993, p.162-163).

Uma contribuição efetiva de Barthes (1993) reside em seu modelo interpretativo dos sistemas mitológicos, ligados à teoria da conotação, a partir da qual as operações linguísticas necessárias para a emergência das construções míticas são evidenciadas. Seguindo os modelos semiológicos diádicos desenvolvidos por Saussure, bem como as ideias da semiótica conotativa de Hjelmlev, Barthes (1971) elabora seu modelo compreendendo um sistema sógnico como composto pelo plano de expressão (E), ou significante, e o plano de conteúdo (C), ou significado, cuja relação (R) produz a significação - conforme a seguinte equação: sistema sógnico = (E. R. C). No entanto, considerando que tal sistema se transforme num simples elemento de um sistema secundário, extensivo ao anterior, pode-se perceber uma imbricação parcial de dois sistemas e uma subsequente desintegração de ambos, na seguinte acepção: dois conjuntos de significação opostos através da transformação do primeiro em plano de expressão do segundo. A operação pode ser assim visualizada: sistema primário (E. R. C.) / sistema secundário (E. R. C.) R. C.

De acordo com Barthes (1971), o sistema conotado (secundário) é um código cujo plano de expressão já é constituído por um sistema de significação. Ou seja, os significantes da conotação são formados pelos signos (significantes / significados) do sistema denotativo (primário). É justamente nesse sistema conotativo que emergem aquelas significações secundárias que ultrapassam os sentidos imediatos impressos numa construção semiológica. Trata-se do sentido latente, difuso, articulado por um novo significado agregado ao sentido primeiro, numa operação da qual se valem as construções míticas nos processos de naturalização da realidade social. O mito apresenta-se como construção derivada de uma cadeia semiológica, composta por dois sistemas sógnicos, na qual o segundo se abastece do primeiro ao transformar seu significante inicial (dotado de sentido em si mesmo) numa nova forma. Nesse processo se promove o *jogo* no qual o sentido imediato é transformado em forma naturalizada. O famoso exemplo de Barthes (1993, p.138), relativo à capa do *Paris-Match* ao retratar a imagem de um jovem negro vestindo uniforme militar e saudando a bandeira francesa, é assertivo: se tal imagem, como elaboração denotativa, revela a própria cena retratada, seus sentidos conotativos permitem inferências sobre a operação ideológica que denuncia as lógicas imperialistas e colonialistas subjacentes à construção: a França concebida como império que atende a todos os cidadãos, sem distinção de cor, os quais a servem fielmente sob sua bandeira, numa relação representada como natural e *a-histórica*: não existem conflitos raciais nem relações de poder entre o império e suas colônias africanas.

O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem natural deste real [...] O mundo penetra na linguagem como uma relação dialética de atividades e atos humanos: sai do mito como um quadro harmonioso de essências (BARTHÉS, 1993, p.163).

É devido destacar que o modelo barthesiano ainda encontra-se no plano da imanência textual. Contudo, para que seja possível visualizar a noção de mito e de sua veiculação em livros didáticos a partir de suas implicações sociais, assim conduzindo a reflexão ao nível das práticas, é necessário conceber as construções míticas e os textos didáticos como modelos de discursos que operam nos domínios da cultura. Assim, as construções semiológicas devem ser observadas em termos de efeitos de sentido operantes na vida social. O deslocamento em direção a uma semiologia das práticas deve partir de uma conceituação semiótica sobre o domínio no qual a dimensão vivida da significação se organiza: a cultura. É nessa perspectiva que aqui consideraremos os discursos míticos produzidos sobre os sujeitos afro-descendentes. Ou seja, concebidos como inseridos no concorrido processo de definição social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1973) – processo a partir do qual se engendram relações de poder e através do qual se organizam as práticas e interações sociais.

Ressalte-se que a cultura é aqui compreendida nos termos de Geertz (1978): como conjunto de significações compartilhadas e cuja existência decorre do constante trabalho de interpretação da realidade externa à consciência e da atribuição de significados a essa exterioridade. Nessa lógica, se a produção de significados é também produção de cultura, e se a cultura promove a mediação entre indivíduos e realidade, esta só será acessível por meio da utilização dos signos, ou conforme Bakhtin (1986), por intermédio da linguagem. Pode-se então compreender a realidade social como um campo perpassado por diferentes lógicas discursivas, num processo em que se engendra o caráter político dos signos e as consequentes relações de poder ativadas “pela” e “na” linguagem.

É justamente nesses termos que Bakhtin (1986, p.47) define o signo como uma arena na qual se desenvolvem disputas, como a luta de classes, assim traduzida nos termos de um conflito travado pela monovalência signica (classe dominante) ou por sua transformação (ação revolucionária). O que se demonstra pertinente diz respeito ao caráter político das produções discursivas no processo de competição por definições da realidade, tornando a dimensão cultural como domínio privilegiado no que compreende a emergência de relações de poder e das lógicas de dominação ou resistência. As relações sociais são atravessadas por inúmeras formas discursivas, e cada discurso se revestirá de um diferente gradual de poder em acordo com sua origem social, suas características enquanto operação semiológica e seus modos de veiculação. Assim, pode-se pensar nos mitos sobre a condição afro-descendente nos livros didáticos como originários de um ambiente socialmente hegemônico (o discurso acadêmico), com potencial para construções naturalizadas acerca da realidade (construção mítica) e amparados num suporte de ampla circulação e alto nível de legitimidade discursiva.

Refletidas as percepções do livro didático como possível mediador e reproduzidor das relações de poder atualizadas em construções semiológicas, é necessário efetuar um aclaramento sobre as relações existentes entre as produções discursivas enunciadas junto ao campo da cultura e as lógicas interacionais resultantes. Tal perspectiva foi trabalhada por Bakhtin (1986), numa busca tanto pelos princípios através dos quais a realidade social determina o signo quanto pelos modos como este reflete e refrata a realidade. Trata-se de uma operação em que as palavras se inserem em todas as relações estabelecidas entre os indivíduos, seja em situações de colaboração ou conflito, seja nas interações políticas ou de caráter fortuito. Conforme Bakhtin, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (1986, p.41). Aqui, observa-se a linguagem e os discursos como fatores básicos das interações cotidianas, em cujo desenvolvimento se manifesta uma espécie de psicologia do social expressa na enunciação e nos diferentes modos do discurso (BAKHTIN, 1986, p.42). São nessas enunciações engendradas nas relações cotidianas que se desvelam as operações ideológicas inerentes às interações grupais, demarcando a dinâmica política ativada pela gestão estratégica dos signos.

Esses aspectos serão retomados por Landowski (1992) a partir da percepção sobre a capacidade dos discursos em “fazer agir”, “moldar” e “modificar” as relações entre os atores envolvidos “no” e “pelo” discurso, a títulos de parceiros linguísticos. O caráter político do discurso reside em sua possibilidade de realizar ações sociais transformadoras, estabelecendo sujeitos autorizados e com direito à palavra, instalando deveres, criando expectativas, instaurando confiança e assim por diante. Como propõe Landowski (1992), o discurso pode ser considerado como um espaço de interação no qual emergem os vínculos sociais e políticos que organizam a constituição do mundo social.

Se for correto assinalar que todo processo de interação social se desenvolve a partir das mediações da linguagem e dos símbolos (BLUMER, 1969), será válida a percepção de que as resultantes básicas de um processo interacional também são ativadas a partir de categorias discursivas. Assim, uma vez que toda interação entre indivíduos ocorre num determinado formato relativo às condições situacionais e aos padrões culturais circundantes, e que implica diferentes lógicas através das quais os indivíduos organizam suas experiências coletivas, pode-se considerar que as dimensões da sociabilidade não escapam às construções da linguagem. Dessa maneira, avaliar as interações resultantes das significações construídas sobre a temática afro-descendente nos livros didáticos pressupõe uma avaliação dos efeitos de sentido que tais significações acarretam em termos de formas de sociabilidade (SIMMEL, 1977). Dito de outro modo, torna-se imperioso discutir em que medida as ideias inscritas nesses materiais são compatíveis com as interações étnico-raciais emergentes na sociedade brasileira contemporânea. Considera-se aqui que o livro didático tanto repercute o debate político oriundo das sociabilidades cotidianas quanto propõe certas definições da realidade que retornarão ao campo das interações sociais e simbólicas, numa relação sempre dialógica.

Afro-descendentes e cultura negra nos livros didáticos: aspectos sociosemióticos

*** Questão afro-descendente e sociedade no Brasil**

Antes de iniciar a análise do material empírico coletado é necessário retomar algumas considerações breves sobre o que está sendo compreendido aqui como questão afro-descendente na sociedade brasileira. Do mesmo modo, na medida em que esta reflexão insiste no caráter semiótico e discursivo das lógicas que subjazem às práticas culturais, entendendo que as interações e suas formas sociais decorrentes são processos permeados por relações de poder, também é necessário ressaltar que a própria noção de afro-descendência não pode ser referida se não como resultado de um longo processo de interações, através do qual se definiram posições de sujeitos e sociabilidades cotidianas, bem como relações de dominação, resistência e articulação política. É esse longo processo que se tem em mente quando se refere categorias como “cultura afro-brasileira” e “afro-descendência”, aqui concebidas como saldo das interações que se definiram a partir de um sistema de classificação social baseado em distinções fenotípicas, cujos resultados engendraram o uso social da categoria ‘raça’ (QUIJANO, 2009). No Brasil, diversos mitos e ideologias incidiram sobre as experiências sociais articuladas sob a ideia de ‘raça’, mas é possível categorizar três grandes discursos e três principais lógicas interacionais resultantes.

O primeiro se refere ao paradigma etnocêntrico, fundamentado nos parâmetros deterministas de ‘raça’ e ‘meio’ oriundos do recente pós-abolicionismo e presentes nas obras de Sívio Romero, Euclides da Cunha e Raimundo Nina Rodrigues. Conforme Ortiz (1985), nesse paradigma, negros e índios foram percebidos como “entraves” para o “progresso” da civilização brasileira, e somente o branqueamento do “mestiço”, em longo prazo, resolveria as problemáticas relacionadas ao “atraso” do país. O segundo paradigma relaciona-se à formatação do mito da democracia racial, de inspiração *freyreana*, já na década de 1930,

numa celebração da mestiçagem que passa ser operacionalizada em favor da construção de uma identidade nacional brasileira - composta por brancos, indígenas e negros, cada qual com sua contribuição específica. O terceiro paradigma emerge na gradual desconstrução da positividade da mestiçagem, que culminará em sua denúncia mais efetiva no início dos anos 1980 com o surgimento do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial.

Como resultados pragmáticos de cada tendência observam-se as práticas racistas e discriminatórias do primeiro paradigma, bem como o sutil apagamento das fronteiras sociais de cor operacionalizado no mito da democracia racial. Nesse último caso, não apenas o racismo passou a ser de difícil percepção no país, mas ainda se reforçaram as ideias essencialistas sobre o elemento negro a partir da caracterização das contribuições advindas de um suposto "caráter" (essência) das 'três raças' formadoras da nação (LEITE, 1968). Por sua vez, o terceiro e atual paradigma tem sido traduzido nas atuais lógicas de denúncia do mito da mestiçagem, geralmente percebido como obstáculo à ação antirracista. Essas articulações giram em torno da construção de uma identidade racializada positiva e através do resgate da herança africana, baseado na valorização de manifestações culturais diversas. Tais processos culminam, já nos anos 1990 e 2000, com a promulgação de legislações antirracistas e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esses segmentos (GUIMARÃES, 2002).

Entretanto, se no nível político-pragmático é devido ressaltar as efetivas conquistas que essa tendência vem promovendo, tanto no plano da equalização das desigualdades de acesso a recursos, quanto na desmistificação das lógicas essencialistas projetadas na ideia de uma nação mestiça e harmoniosa, é possível colocar sob suspeita as possíveis novas essências projetadas nos constructos identitários 'racializados'. Observa-se aqui uma desconstrução mítica que pode engendrar novos mitos: as representações acerca de uma espécie de "memória genética" portadora de direitos restitutivos, cujos escopos não raramente podem tornar essencial o que é socialmente construído: ou seja, as categorias 'raça' e cultura - ainda que com propósitos de equalização de direitos e não mais objetivos de dominação.

No que concerne ao material empírico enfocado, as construções balizadas neste contexto de valorização da cultura afro-brasileira designam as principais significações observadas nos textos analisados e com edição posterior à aprovação da Lei 10.639, comprovando a incidência do cenário político atual nessas produções. Deve-se destacar que os possíveis mitos racializados, que como descrito acima podem reinserir noções essenciais sobre as relações étnicas, foram percebidos de modo menos recorrente e com contornos bem menos evidentes que em determinadas sociabilidades contemporâneas detectadas por outras investigações. Discursos correlatos aos paradigmas precedentes não foram encontrados nem mesmo na análise das obras anteriores à referida Lei. Nesse aspecto, se a ausência dos paradigmas deterministas do final do século XIX era ao menos esperada, a fraca inserção de tópicos concernentes à ideologia da mistura racial não deixa de surpreender, especialmente pelo fato de que trabalhos como os de Gilberto Freyre (2003) sempre referendaram imagens da formação sociocultural do país. É notável que nos livros didáticos contemporâneos, autores e conceitos antropológicos atuais têm sido constantemente evocados a título de citações e ilustrações, e nesse sentido, é possível asseverar que conceitos mais relativos para tratar da formação sociocultural brasileira tenham adquirido espaço nesses materiais.

Dados como esses sugerem que, se é verdade que o cenário político contemporâneo produziu novos mitos, construções semiológicas alternativas (que escapam às noções essencialistas) também têm sido empreendidas e se demonstram presentes nos livros didáticos observados. Por outro lado, no caso dos livros anteriores à Lei 10.639 foi possível verificar outro modelo de significação sobre a temática afro-descendente com

contornos mitológicos. Trata-se de uma espécie de “não-historicidade” conferida às populações negras, e de uma subjugação dos sujeitos negros à dimensão macro-econômica, na qual os mesmos tendem a ser retratados como simples engrenagens dos modos de produção. Nesse viés, as assimetrias do sistema escravista se resolvem como resultado supostamente natural do desenvolvimento econômico.

Desse modo, é possível detectar duas lógicas semiológicas recorrentes no material analisado: (i) a primeira, presente nos trabalhos anteriores à Lei 10.639, se refere à lógica do sujeito negro *a-histórico* e da afro-descendência condicionada às dimensões macro-econômicas. Trata-se de construções que naturalizam supostas diferenças entre o “homem branco sujeito da modernidade” e o “negro submisso”, ainda sendo matizadas as assimetrias concretas que se organizaram através da diferenciação social de cor em países como o Brasil. Essa lógica apresenta dois contornos míticos bem definidos e se relaciona de modo estreito com certos argumentos incidentes nas práticas e interações que concernem às questões étnico-raciais contemporâneas, sobretudo nos posicionamentos contrários às políticas de cotas; (ii) a segunda lógica, presente nos livros posteriores àquela Lei, conecta-se às tendências políticas atuais e não se refere propriamente a um modelo de construção mitológica, mas a novas estratégias discursivas que visam desconstruir aqueles mitos que, historicamente, incidiram sobre as relações interétnicas no país. A incorporação de categorias relativas à negociação das alteridades é realizada de modo frutífero na proposição de semioses alternativas, e certas construções podem ser pensadas como estratégias de reversão mítica.

* Primeira lógica: o negro *a-histórico*

Alguns elementos contidos na publicação de Arruda (1988) ilustram um modelo de significação que enuncia uma condição periférica tanto em relação à história das populações negras quanto à presença e papel dos sujeitos negros na formação da sociedade brasileira. Cabe ser ressaltado que a obra só apresenta destaques mais precisos sobre o elemento afro-descendente quando menciona as necessidades de ampliação da mão-de-obra no processo de implantação da produção açucareira no Brasil, durante a administração colonial entre 1558 e 1572. Logicamente, não se trata de questionar o real momento de inserção dessas populações no país, mas de perceber que na narrativa que descreve o período compreendido desde o ciclo das grandes navegações até a sedimentação da indústria do açúcar não se percebe qualquer grau de historicidade conferido às populações negras. Com suas singularidades preservadas, somente portugueses, espanhóis, franceses e holandeses parecem constituir o marco que delimita o surgimento da modernidade. O continente africano configura ora uma espécie de “acidente geográfico” a ser superado para a chegada às índias - sem história, culturas diferenciadas ou organizações políticas próprias -, ora simples ponto de captura de escravos cujas especificidades são aparentemente “descartáveis”.

O que se demonstra relevante é que, se o elemento europeu, e até mesmo o indígena recebem uma contextualização prévia junto à narrativa que refere os contatos estabelecidos na formação do país, o negro africano surgirá nessa história de forma súbita, quase imprevista e como simples engrenagem da implantação da indústria açucareira e da organização socioeconômica no governo colonial. É perceptível uma narrativa em que o negro emerge na história brasileira como parte de um sistema produtivo, fermento da economia em desenvolvimento e sujeito com condições de vida “naturalmente” degradadas: a condição escrava aparece em concomitância com o aparecimento dos sujeitos, numa relação na qual indivíduo e situação se confundem. A supressão da história das culturas africanas, bem como das resistências estabelecidas já em África conduzem a uma percepção sobre sujeitos “naturalmente” cooptados pela lógica de produção e pelas estratégias de

captura empreendidas pelo colonizador.

Ainda na obra de Arruda (1988), em capítulo específico sobre a economia e a sociedade açucareira, com o aumento das informações sobre o regime de escravidão emergem inúmeras referências sobre as relações entre senhores e escravos, recheadas de açoites e humilhações. As estratégias de resistência empregadas pelos negros escravizados são mencionadas de modo muito reduzido, e a grande maioria das descrições se projeta sobre a dramaticidade dos castigos empregados pelos senhores de engenho. Por outro lado, noções sobre o legado cultural afro-brasileiro se limitam à percepção de uma herança culinária e terminológica simplificada, enquanto perspectivas estéticas, religiosas e filosóficas passam completamente despercebidas.

Pode-se compreender que o capítulo da obra citada, num plano de significação denotativa, apresenta a incursão do negro na indústria açucareira evidenciando as trágicas condições nas quais foram ordenadas as experiências desses indivíduos. Contudo, o capítulo fundamenta-se num encadeamento de fatos e numa supressão de particularidades que sugerem construções muito específicas. Tais construções adquirem função conotativa ao conferir forma a uma significação secundária: os sujeitos negros, sem especificidades e visão de mundo própria, aparecem numa narrativa histórica inseridos como “peça” de um modo de produção específico e em condições de vida degradantes; essas condições se confundem com os próprios indivíduos, que com elas emergem numa relação de passividade. Ou seja, o negro aparece na história do país como significante diametralmente oposto ao “sujeito branco histórico,” dominador e arquiteto exclusivo da modernidade ocidental-européia, portador da visão de mundo que supostamente sobrepujou o “atraso” técnico-cultural das sociedades pré-capitalistas e “pré-científicas” (cujas singularidades não são dignas de referência histórica). Assim, a construção referida parece reificar não apenas a imagem poderosa do colonizador, mas naturalizá-la numa oposição dicotômica através da qual também se naturaliza a condição de subalternidade tanto dos sujeitos negros quanto de sua produção simbólica.

Infere-se que essa “não-historicidade” emerge de um esquema interpretativo focado na observação histórica das modificações macro-estruturais, numa sobrevalorização da dimensão econômica, o que por sua vez propiciará a constituição de novas significações míticas. Trata-se da leitura restrita ao marxismo vulgar, que exclui de suas reflexões as dimensões culturais (projetadas junto à superestrutura) e dissolve a atenção em relação às relações de poder expressas em campos apartados dos sistemas produtivos. As sentenças que seguem demonstram o peso concedido às influências macro-estruturais na questão afro-descendente:

A escravidão legou-nos uma insensibilidade, um descompromisso com a sorte da maioria que está na raiz da **estratégia das classes mais favorecidas**, hoje, de se isolar, criar um mundo só para elas, onde a **segurança está privatizada**, a **saúde está privatizada**.

Como você explica o preconceito contra o negro? O Brasil é um país racista? O **pensamento das classes mais favorecidas** é resultado do longo tempo da escravidão, no Brasil? (ARRUDA, 1988, p. 76)

Ressalte-se que essas sentenças conduzem aos temas de fechamento de capítulo, com propósitos de encerramento de discussões, o que evidencia a definição de um posicionamento específico: as ideias de “classes mais favorecidas” e de “privatização” representam uma noção a partir da qual as decorrências do processo escravagista e as desigualdades inerentes à afro-descendência são perceptíveis com base nas assimetrias econômicas e no antagonismo de classe. Se é correto considerar que as assimetrias econômicas são, de fato, incidentes sobre boa parte desses contingentes populacionais, e que tal realidade origina-se no sistema escravista, as históricas representações

preconceituosas, incidentes tanto sobre sujeitos quanto sobre suas manifestações culturais são relegadas a um segundo plano. O antagonismo classista promove a matização das fronteiras sociológicas de cor, revigorando as perspectivas nas quais preconceito de cor e classe se confundem (FERNANDES e BASTIDE, 2008). Percebe-se um eco do mito da ideologia da mestiçagem, não em termos da naturalização operada naquele paradigma junto à noção de “caráter nacional”, mas na consequência interacional resultante: novamente, fronteiras de cor são apagadas, mas agora, em função da sobrevalorização das assimetrias econômicas.

O mais sugestivo se apresenta junto aos contornos mitológicos que podem ser aqui inferidos: trata-se antes de uma naturalização que não mais se refere à origem ou à essência do “ser negro”, mas aos condicionantes sobre o que ele supostamente deveria ser: o sujeito histórico, trabalhador, cuja condição de historicidade só é possível quando inserida num determinado modo de produção, e cuja autonomia condiciona-se à tomada de consciência sobre as contradições inscritas na distribuição desigual dos recursos materiais. Operando no plano de um sistema semiológico denotativo, as significações articuladas na narrativa projetam que negros adentram na história num dado sistema de produção, o qual é responsável pelas assimetrias que incidem sobre eles e sobre toda a sociedade. No entanto, a transformação desses significados em plano de expressão de um sistema semiológico secundário passa a dar forma a um sentido que naturaliza a questão afro-descendente, como restrita à dimensão econômica. Torna-se evidente a referência ao mito do sujeito histórico unidimensional, trabalhador assalariado, originado na *vulgata marxiana* através da qual sujeitos do mundo colonizado e periférico não são considerados e na qual as contradições só são percebidas como incidentes nas desigualdades econômicas: a hierarquização de culturas e práticas, muitas vezes efetuadas a partir de sistemas de classificação social baseados na cor, evapora junto à naturalização das relações sociais enquanto lógicas econômicas.

Não é difícil perceber os resultados de discursos como esses junto às sociabilidades que se organizam em torno da questão afro-descendente no Brasil. Basta observar os posicionamentos contrários às políticas de cotas, nos quais certos argumentos expressam tendências análogas a essas construções, desconsiderando as profundas desigualdades sociais afetadas por uma diferenciação de cor operada no plano sociológico (JACCOUD e BEGHIN, 2002). Roberto DaMatta (1986, p.47) já referia, numa consideração específica sobre o mito da democracia racial, que o apagamento das fronteiras de cor denuncia a organização extremamente hierarquizada da sociedade brasileira, na qual o mito fornece um mapa para o posicionamento dos diferentes sujeitos numa estrutura que se reproduz mantendo as diferenciações. Percebe-se uma tendência semelhante no caso do mito do negro subjugado às estruturas econômicas. Como consequências, no nível das práticas, projetam-se interações assimétricas nas quais o preconceito de cor encontra-se matizado pelo antagonismo de classes.

* Segunda lógica: construções alternativas

O trabalho de Ana Lúcia Nemi (2009) apresenta algumas construções alternativas sobre a afro-descendência e a cultura afro-brasileira, podendo ser inserido num quadro de provável influência dos debates políticos hodiernos. Em geral, observa-se que as modalidades clássicas de representação dos sujeitos negros em livros didáticos, cujos sentidos ratificam as análises críticas, servem de base para as desconstruções articuladas no trabalho, de modo que as categorias centrais que balizam as problemáticas usualmente apontadas servem como ponto de partida para estratégias de reversão de *status*.

Tal empreendimento inicia-se na própria lógica de encadeamento temático que baliza a inserção dos assuntos sobre a negritude junto aos diferentes conteúdos da obra.

Nesse sentido, de modo ainda precedente à abordagem sobre o estabelecimento da escravidão no Brasil, observa-se uma seção dedicada ao resgate da história do continente africano, na qual tópicos sobre a diversidade das etnias, formas de organização política e aspectos culturais são retomados. Destacam-se as referências aos reinos de Mali, Songai, Congo, e as considerações sobre os povos iorubas e bantos, cujas culturas se demonstram extremamente influentes na formação cultural brasileira, vide as experiências que se constituíram em formas de religiosidade como o Candomblé na Bahia.

Em sequência, outra seção destaca o processo de institucionalização da escravidão como parte do projeto colonial. Somente a partir dessas referências o texto abordará assuntos como as sinistras estratégias de captura de escravos africanos e as condições inumanas de seu trabalho em território brasileiro, cuja menção encontra-se imediatamente seguida de trechos sobre as formas de resistência empreendidas pelo elemento negro. Ainda é possível perceber referências às questões de gênero, que embora sejam inexpressivas para uma desconstrução efetiva das assimetrias existentes nessa dimensão, salientam o papel exercido pela mulher negra nos processos de resistência à escravidão.

Pode-se inferir que essa lógica de encadeamento temático se apresenta como fundamental para a percepção de sujeitos dotados de história e cultura própria. É a partir dessa perspectiva que se torna possível desconstruir a naturalização do sujeito branco europeu como principal agente histórico da modernidade. Por outro lado, se tal encadeamento configura estratégia discursiva fecunda, os conteúdos enunciados de modo mais aprofundado e dotados de categorias teóricas específicas também são pertinentes. Observam-se diversos blocos explicativos espalhados pelo texto, nos quais categorias como etnicidade, diáspora e cidadania são clarificadas. A representação sobre a contribuição das culturas de matriz africana no país deixa de resumir-se a citações fortuitas, incluindo referências que ultrapassam a dimensão folclórica, culinária e terminológica, muitas vezes circunscritas numa vulgarização das potencialidades dos sujeitos. Personagens negros com destaque no cenário artístico e intelectual brasileiro, como Machado de Assis, Cruz e Souza e Aleijadinho são igualmente citados, e as transcrições de citações correlatas ao tema estudado incluem, por diversas vezes, o pensamento de intelectuais negros.

Algumas referências às culturas negro-africanas não raramente abarcam a proposição de exercícios de alteridade, a partir de interpelações efetuadas junto aos leitores/alunos que estimulam a imaginação sobre a visão do “outro”, nesse caso, o outro africano em sua própria visão de mundo, em contato com o europeu, este não mais percebido como dominador em “essência”. As articulações entre texto e imagens chegam a atuar como uma espécie de reversão mítica, na medida em que subvertem construções naturalizadas. Nos termos de Barthes (1971, p.96), operam numa lógica de meta-linguagem. Ou seja, uma semiótica que, assim como o mito, desenvolve-se a partir de dois sistemas sógnicos em cadeia, mas realizando uma operação inversa: enquanto no mito um signo primário é transformado em plano de expressão (significante) do signo secundário, numa nova forma que matiza seus significados primeiros, na meta-linguagem, o signo primário será o mito cooptado como plano de conteúdo (significado) da segunda significação: corresponde à análise do mito, numa desconstrução efetuada na explicitação das deformidades que o conteúdo mítico emprestou àquela forma primária por ele matizada.

Algo semelhante ocorre numa enunciação da obra analisada, através de uma articulação entre texto e imagem que desconstrói o mito etnocêntrico do “europeu/superior/conquistador”, em oposição ao “negro subalterno”. A imagem designa uma gravura do século XVII que representa o rei congolês Manicongo, que viveu no século XIV, recepcionando representantes do reino português. O monarca do Congo encontra-se sentado em um trono, amparado por sua corte e temido pelos súditos que reverentemente atiram-se ao chão. Os representantes da coroa portuguesa aproximam-se da escadaria que

dá acesso ao trono do monarca em posição que sugere o estabelecimento de um contato amistoso. O texto literal promove esclarecimentos e convoca reflexões, como segue:

Essa gravura foi baseada na **noção de realeza que os europeus tinham** na época e **não corresponde à realidade cultural africana**. Por que você acha que a imagem retrata a cultura européia? Discuta com um colega e redija no caderno as conclusões a que chegaram (NEMI, 2009, p. 138).

Trata-se de um exercício de reforço que retoma conteúdos do capítulo, nos quais o reino de Manicongo é apresentado como organização política fundamentada num sistema pouco hierárquico e numa administração descentralizada. Em primeiro lugar, projeta-se uma reversão imagética do *status*, pois o negro é apresentado como poderoso imperador frente aos colonizadores que se aproximam com deferência. Entretanto, observa-se uma reversão que não engendra a naturalização de uma nova lógica essencial, um poder negro imanente, pois o caráter “natural” desse poder se dilui tanto na improbabilidade da significação (pois o reino não era hierarquizado como na representação imagética), quanto pela consideração de sua historicidade (a representação só é válida na visão de mundo colonialista). Aqui, a construção semiológica torna explícita as deformações que certas formas impõem como conteúdo natural, e opera em bases similares a um sistema metalinguístico: a imagem do branco superior é uma construção que advém da lógica de dominação, e a forma que estabelece esse domínio pode ser aplicada a qualquer cultura ou sociedade: o caráter construído da relação é evidenciado.

Decerto, algumas lógicas de reversão de *status* podem levar a novas relações de poder, e no campo das relações interétnicas da sociedade Brasileira tal consideração não é fortuita. Discursos opostos às atuais estratégias racializadas do Movimento Negro consideram que uma sobrevalorização dos atributos da negritude, ou mesmo a incursão de uma diferenciação racial normativa como as políticas de cotas possam levar a novas essências e novas relações de poder inscritas em práticas sociais segregacionistas. Entretanto, algumas construções demonstram ser possível reverter as relações racistas sem engendrar novas essências. O capítulo sobre as populações africanas, elaborado por Nemi (2009), exemplifica essa possibilidade. Embora não seja possível asseverar que essa tendência se aplique a todo o campo da literatura didática, é factível perceber um modelo discursivo que possui condições de esquivar-se em relação às conotações essencialistas.

Algum arremate

Pode ser sugerido que dentre os livros didáticos analisados, aqueles editados de modo anterior à Lei 10.639 já apresentam certo distanciamento do paradigma da mistura racial. No entanto, esse mesmo material reintroduz uma sobrevalorização de perspectivas economicistas através das quais as culturas pré-capitalistas africanas são preteridas e os sujeitos negros e suas mazelas configuram apenas elementos cooptados pelas modificações estruturais que a economia escravista engendrou. De fato, essa tendência não deixa de configurar um resquício da ideologia da mestiçagem, na qual as diferenciações sociais baseadas na cor se matizam e as assimetrias entre brancos e negros passam a ser percebidas especificamente como conflito de classe. Por outro lado, a segunda obra analisada, já inserida no contexto político contemporâneo, comprova não apenas a incidência das atuais lógicas de ações afirmativas e de valorização das identidades étnicas na produção editorial didática, como apresenta um discurso de valorização dos sujeitos afro-descendentes e de suas práticas que escapa às significações naturalizadas, através de modelos discursivos que optam por sentenças abertas e não definitivas.

Deve ser ressaltado que os empreendimentos desse último enfoque se destacam

como alternativas fecundas no tratamento dispensado pelos livros didáticos às questões da afro-descendência, mas não revelam uma disposição unívoca que encerre os questionamentos. Autores como Silva (2005) demonstram que as análises sobre um *corpus* de pesquisa mais extenso comprovam a permanência de veiculações racistas nos materiais escolares contemporâneos, apesar de todas as mobilizações políticas do campo educacional. Conforme o autor, os livros didáticos continuam a apresentar noções racistas que se desvelam numa naturalização de relações nas quais o branco é visto como principal representante da espécie, sendo o negro ligado a temáticas e espaços sociais circunscritos: a figura negra como sugestão de contextos e acepções específicas como a sensualidade, a insegurança social e a pobreza. Desse modo, ao serem percebidas certas perspectivas como fecundas não se está afirmando a resolução das históricas assimetrias representacionais que concernem às questões aqui tratadas, mas observando-se possíveis estratégias de superação das mesmas.

Notas

²Maria da Glória Gohn (1997) comenta a presença de temáticas como gênero, etnicidade e diversidade no processo de reorganização das demandas coletivas que emergem na sociedade civil contemporânea. Para uma reflexão sobre a emergência da etnicidade na agenda pública internacional, ver Stuart Hall (1996).

³Análises mais focadas nas representações didáticas sobre a África, o elemento negro e a cultura afro-brasileira são encontradas em Oliva (2003) e Silva (2005).

⁴A temática da etnicidade e sua inserção na agenda pública brasileira tem sido debatida por autores como Nogueira (2004) e Hanchard (1994).

⁵Segundo Fontanille (2008, p. 20-21), o princípio de integração opera, numa semiótica das práticas, com lógica similar aos sistemas linguísticos e suas conexões hierárquicas entre fonemas, morfemas e sintagmas. Assim, numa semiótica da cultura devem ser analisadas as conexões hierárquicas entre os diferentes níveis de pertinência semiótica: signos, textos, práticas, situações e formas de vida.

⁶Embora Barthes (1993) acentue o papel de veiculação mítica junto aos meios midiáticos tradicionais, essa perspectiva também se aplica às características básicas dos livros didáticos na sociedade contemporânea, como proposto por autores como Rocha (1981) e Silva (2005).

⁷Sobre as construções identitárias 'racializadas' e as possíveis relações de poder resultantes, ver o trabalho de Gadea (2008), que demonstra como determinadas lógicas de identificação coletiva projetadas sobre indivíduos afro-descendentes podem diminuir suas possibilidades de singularização.

⁸São bem conhecidas as consequências do mito etnocêntrico da superioridade cultural ocidental, sobretudo no que se refere às assimetrias cognitivas que estiveram a serviço do projeto colonial. Tal projeto deslocou especificidades culturais a posições residuais, assim "justificando" a dominação das populações oriundas da periferia global (Cf. QUIJANO, 2009).

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, J. J. **História Total I**. Brasil: período colonial. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BARTHES, R. **Mitologias**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- BARTHES, R. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BASTIDE, R; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008.
- BERGER, P; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BLUMER, H. **Symbolic Interactionism**: perspective and method. Berkeley: University of

California Press, 1969.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FONTANILLE, J. Práticas Semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. P.; PORTELA, J. C. **Semiótica e Mídia: textos, práticas e estratégias**. Baurú: Unesp, 2008, p. 15-75.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GADEA, C. A. **Negritude e Africanidade: crítica das relações raciais contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HALL, S. New Ethnicities. In: HALL, S. **Critical dialogues in cultural studies**. New York: Routledge, 1996, p.441-449.

HANCHARD, M. Black Cinderella? Race and the Public Sphere in Brazil. **Public Culture**, Chicago, v. 7, 1994, p. 165-185.

JACCOUD, L. B.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

LANDOWSKI, E. **A Sociedade Refletida: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Educ, 1992.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Ática, 1968.

NEMI, A. L. **Para Viver Juntos**. História, 7º ano: ensino fundamental. São Paulo: SM, 2009.

NOGUEIRA, J. C. Movimento Negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. **Política e Sociedade**, n.º. 5, 2004, p. 89-99.

OLIVA, A. R. A história da África nos Bancos Escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n.º. 3, 2003, p. 421-461.

OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D.; BOMÉNY, M. H. **A Política do Livro Didático**. Campinas: Editora da Unicamp 1994.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-118.

REGO, M. F. **O aprendizado da ordem: a ideologia nos textos escolares**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

ROCHA, E. G. Um Índio Didático: notas para o estudo de representações. In: **Testemunha ocular: textos de antropologia social do cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 1-32.

SILVA, P. V. B. **Relações raciais em livros didáticos de língua portuguesa**. Tese de Doutorado em Psicologia Social - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC/SP, São Paulo, 2005.

SIMMEL, G. **Sociologia I: estudos sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

Recebido em: 05/06/2016

Aprovado em: 14/11/2017